



BRASIL

Relatório Anual

maio 2023



*Capa: Parceiros do Freedom Fund organizaram uma marcha partindo do anexo do Parlamento Estadual até o Palácio do Estado para entregar uma carta ao governo defendendo o aumento dos esforços no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.
Crédito da foto: Natália Corrêa/The Freedom Fund*

CONTENTS

Contexto operacional	1
Progressos rumo a mudanças sistêmicas	2
Principais e resultados do hotspot	4
Progressos rumo aos objetivos do hotspot	6
Apoio à comunidade de prática	13
Estudo de caso	14
Avaliação e pesquisa independentes	15

CONTEXTO OPERACIONAL

Contexto econômico

Em 2022, o Brasil continuou a registrar um baixo crescimento econômico e uma inflação elevada, em parte devido ao aumento dos preços dos combustíveis, após a invasão militar da Ucrânia pela Rússia. A taxa básica de juros atingiu 13,75%, o maior nível desde janeiro de 2017. O índice de inflação, índice de consumo IPCA, atingiu 5,79%, impulsionado pelos aumentos nos custos com alimentação e saúde. Embora tenha sido uma redução em relação à alíquota do ano anterior (10,06%), auxiliada pela isenção de tributos federais sobre combustíveis e energia, ficou acima da meta de 4,75% fixada pela autoridade monetária.

O Brasil retornou ao mapa da fome

Em 2022, mais da metade da população brasileira (58,7%) vivia com algum tipo de insegurança alimentar. O número de pessoas que passam fome saltou de 19 milhões para 33,1 milhões de pessoas em pouco mais de um ano, o que fez o Brasil regredir a um nível de insegurança alimentar equivalente ao da década de 1990. Em 15,5% das famílias, as pessoas não têm o que comer e o pleno acesso aos alimentos tornou-se uma exceção: apenas quatro em cada 10 famílias têm acesso aos alimentos suficientes para satisfazer as suas necessidades. Durante este ano, o governo expandiu o seu programa de transferências de renda para fornecer apoio básico para 21,6 milhões de famílias.

Eleições gerais

Em outubro de 2022, os brasileiros escolheram o novo presidente, os governadores dos estados e os deputados. As eleições foram marcadas por tensão e atos de violência política. A desinformação foi predominante nas redes sociais, com o ex-presidente Bolsonaro questionando abertamente a integridade do processo eleitoral e espalhando alegações de fraude das urnas eletrônicas. Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente pela terceira vez, com uma agenda de reconstrução do país. Novos deputados federais e senadores foram eleitos para o Congresso, estabelecendo uma maioria de direita e conservadora, o que pode dificultar a aprovação de pautas sociais progressistas. Entre os 513 deputados eleitos, 18% são mulheres e 26% são negros. Pela primeira vez, duas mulheres trans foram eleitas. A primeira governadora mulher de Pernambuco, Raquel Lira, foi eleita.

Transição de governo

A equipe de transição criada por Lula encontrou uma situação preocupante: o desmatamento na Amazônia aumentou 59% entre 2019 e 2022; o número de crianças hospitalizadas devido à falta de alimentos aumentou em 11%; o analfabetismo infantil aumentou 20%; entre muitos outros problemas. Lula enfrenta uma perspectiva fiscal frágil, com a relação dívida/PIB do país em quase 90%. A carga fiscal sobre a economia é elevada e o investimento público é baixo. As suas promessas de campanha incluem o aumento dos investimentos públicos para impulsionar o crescimento, a reintrodução do financiamento obrigatório para os sindicatos, o aumento do salário-mínimo, o aumento da remuneração dos trabalhadores autônomos (estimados em 40% da força de trabalho do país), entre outras.

Covid

O Brasil continuou a registrar uma redução constante nos casos de covid-19. Em dezembro de 2022, 85% das pessoas haviam recebido pelo menos uma dose de vacina e 79% estavam totalmente vacinadas. Por outro lado, o Brasil ficou em segundo lugar no ranking global do surto de varíola do macaco, com mais de 10.000 casos. Foi implementado um teste de capacidade, no entanto, houve desafios para garantir vacinas e tratamento antiviral.

Emergências

Em maio e junho, fortes chuvas causaram deslizamentos de terra no Nordeste do país. Mais de 37 municípios declararam estado de emergência, incluindo Recife, a cidade mais vulnerável às mudanças climáticas no Brasil. Alguns deslizamentos de terra, em áreas de risco, chegaram a devastar comunidades inteiras de pessoas que vivem em favelas. Em Pernambuco, mais de 60.000 pessoas foram desalojadas e 9.000 famílias perderam suas casas, mais de 120 morreram e muitos procuraram abrigos improvisados. Evidências empíricas sugerem que a vulnerabilidade à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) pode ter aumentado.

PROGRESSOS RUMO A MUDANÇAS SISTÊMICAS

Político/legislativo

Mobilização para o desenvolvimento participativo do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Durante o ano, o governo federal desenvolveu um novo plano para combater a violência contra crianças e adolescentes. Várias coalizões, incluindo as ONGs parceiras do programa Com. Direitos, mobilizaram-se fortemente contra o plano devido à falta de transparência e participação democrática. O FF apresentou um documento ao parlamento brasileiro, reafirmando a necessidade de participação democrática. A UFPE, uma parceira de pesquisa, forneceu informações para uma análise técnica do plano. A ampla mobilização das partes interessadas garantiu que o CONANDA não aprovasse o plano, evitando retrocessos.

Compromisso firmado para desenvolver novas políticas estaduais e municipais para o enfrentamento da ESCCA em Pernambuco

O Governo do Estado de Pernambuco, a Prefeitura de Recife e o Freedom Fund assinaram um Memorando de Entendimento para o enfrentamento da ESCCA. As agências governamentais assinaram com a promessa de: a) Desenvolver e monitorar novos planos estaduais e municipais para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCA) e apoiar outros municípios a fazê-lo; b) Apoiar os municípios na implementação da lei de escuta protegida; c) Fortalecer o Escritório de Política Antitráfico; entre outros. Um comitê foi criado para monitorar o progresso destas iniciativas.

Comissão para revisar o Plano Estadual para combater a VSCCA

Em 2021, o Conselho Estadual criou uma Comissão para coordenar a reformulação do Plano. Vários parceiros do FF fazem parte da Comissão. Em 2022, a Comissão criou grupos de trabalho para avaliar o plano anterior e desenvolveu propostas para o novo plano.

Grupo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Freedom Fund mobilizou os principais grupos interessados e criou um grupo de enfrentamento multi-institucional para tratar do Tráfico de Pessoas em Pernambuco, com os principais envolvidos. O objetivo do grupo é defender a reestruturação da política antitráfico e organizar o treinamento antitráfico de pessoas. O grupo começou a se reunir mensalmente e uma agenda coletiva foi desenvolvida.

Carta Aberta de Pernambuco

O Freedom Fund reuniu sobreviventes, formuladores de políticas e líderes do combate ao Tráfico de Pessoas do Brasil e dos EUA em um seminário que gerou informações importantes para aprimorar as políticas estaduais de combate ao Tráfico de Pessoas. Foi desenvolvida uma carta aberta ([Carta Aberta de Pernambuco](#)) direcionada ao novo governo do estado defendendo a reestruturação das políticas antitráfico.

Conselho Estadual dos Direitos da Criança

O CENDHEC, parceiro do Freedom Fund, apresentou uma petição ao Governador do Estado, também assinada por outros parceiros do programa e ONGs locais, e solicitou uma Representação no Ministério Público, visando à urgência da posse dos representantes escolhidos para o Conselho Estadual dos Direitos da Criança de Pernambuco - CEDCA-PE. A posse, essencial para o avanço das políticas para a infância no Estado de Pernambuco, sofreu um atraso significativo, comprometendo o trabalho do conselho. Como resultado, o Ministério Público expediu recomendação ao CEDCA-PE solicitando a conformidade legal e a efetivação dos representantes eleitos, em um prazo máximo de 10 dias.

Lei da Escuta Protegida em Olinda

Na cidade de Olinda, a Childhood, parceira do Freedom Fund, apoiou a bem-sucedida reativação do comitê de gestão responsável por liderar a implementação da Lei da Escuta Protegida e apoiou o comitê na elaboração de seu estatuto interno.

Vontade política/conscientização pública/mudança de atitude

Comprometimento do novo governo estadual

O Freedom Fund entregou a Carta Aberta de Pernambuco e um relatório com propostas-chaves para combater a ESCCA ao novo vice-governador, além de ser discutida a continuidade da sua colaboração. O novo governo se comprometeu publicamente a continuar a cooperação e desenvolver o plano estadual para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Estudo de normas

O Instituto Promundo, uma ONG com um histórico de sucesso no envolvimento de homens em pesquisas sensíveis sobre VBG (violência com base no gênero) e ESCCA no Brasil, foi contratado pelo Freedom Fund para realizar um estudo formativo sobre normas sociais e comportamentos de perpetradores da ESCCA, específico para o contexto local. Foram realizadas entrevistas e grupos focais com especialistas, profissionais do sexo, turistas, possíveis mediadores da ESCCA, como motoristas de táxi e funcionários de bares e hotéis, e infratores condenados.

Proteção

Através das iniciativas de apoio do Freedom Fund, um total de 1405 adolescentes aumentou seu conhecimento sobre abuso e exploração sexual, sobre como identificar esses riscos em diversas situações e como se auto proteger. Suas famílias e comunidades também participaram de várias atividades de conscientização e estão mais informadas e alertas para proteger as crianças e os adolescentes.

Desempenho governamental

Evidências para aprimorar o desempenho dos serviços

Crianças e adolescentes em situação de risco ou sobreviventes e profissionais da linha de frente foram entrevistados em uma pesquisa realizada pela UFPE/Universidade de Nottingham sobre a eficácia das políticas e práticas de assistência à infância no Brasil. A pesquisa identificou brechas importantes nos serviços de atendimento, revelando que os serviços muitas vezes também são locais onde os direitos são violados. Outra descoberta importante foi o fato de que os processos de cuidado abrangente e integrado para crianças e adolescentes, necessários para a implementação de um ciclo completo de cuidados para a recuperação total deles, não estão em vigor.

Aprimoramento do funcionamento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente

Em Recife, novos processos adequados à Lei da Escuta Protegida foram criados para serviços de proteção dentro do sistema de Justiça. Isso se soma aos novos processos criados no ano passado para os serviços de educação, assistência social e saúde. O objetivo destes novos processos é evitar a revitimização das crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, apoiar uma melhor persecução penal, melhorando assim o funcionamento de todo o sistema. Em Olinda, o processo foi iniciado com a reativação do comitê para implementação da lei.

Fortalecendo a capacidade dos profissionais

Um total de 302 profissionais de saúde, educadores, assistentes sociais, policiais e oficiais de justiça receberam capacitação. Acredita-se que agora eles são mais capazes de identificar, auxiliar e relatar casos de ESCCA. Espera-se que isso seja confirmado por avaliações futuras.

Desempenho empresarial

Inclusão dos sobreviventes

O parceiro Instituto Aliança reuniu-se com mais de 20 empresas para sensibilizá-las a incluir as sobreviventes de ESCCA como aprendizes, por meio da cota especial da Lei de Aprendizagem. Essa iniciativa, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho, a Secretaria de Cultura de Recife e o Governo do Estado, resultou na contratação de 39 meninas sobreviventes de ESCCA, que se formaram no programa de habilidades para a vida, para trabalhar em instalações culturais na cidade do Recife, como o Museu do Frevo e o Museu de Arte Moderna. A inclusão de adolescentes vítimas de ESCCA em empregos decentes provou ser um caminho eficaz para que consigam sair da ESCCA.

Organização da comunidade

Aprimoramento do advocacy para combater a ESCCA

A Rede Estadual de Enfrentamento ao Abuso Sexual e Exploração Infantil é uma coalisão chave no combate à ESCCA no estado e reúne mais de 30 agências governamentais e ONGs que trabalham na linha de frente da prevenção à ESCCA e proteção às vítimas. Por meio do apoio do FF à Secretaria Executiva, da participação efetiva dos parceiros do FF e do treinamento em defesa de direitos oferecido aos mesmos, a Rede tem aprimorado suas ações de defesa de direitos para influenciar o governo do estado em sua agenda. A Rede também lidera os esforços locais da Campanha de mobilização de 18 de maio para o fim da ESCCA.

PRINCIPAIS E RESULTADOS DO HOTSPOT

Resultados Principais

42 vítimas de escravidão libertadas com suporte para recuperação

- Oito (8) adolescentes do município de Olinda, vítimas de violência doméstica e/ou sexual e/ou ESCCA, receberam acompanhamento e foram encaminhadas a serviços para que pudessem superar a violência sofrida e desenvolver atitudes de autoproteção.
- Vinte e quatro (24) adolescentes e jovens que vivem nas ruas foram abordados pelo Grupo Ruas e Praças, receberam educação nas ruas e foram encaminhados para diversas atividades na sede do Grupo. Três (3) foram encaminhados de volta à escola.
- Entre o grupo de jovens que receberam treinamento sobre como combater a violência e se tornaram multiplicadores de informações em suas comunidades (veja abaixo), o Grupo Adolescer identificou cinco (5) vítimas/sobreviventes de violência que receberam assistência e foram encaminhados para serviços de proteção social.
- Cinco (5) adolescentes vítimas/sobreviventes de ESCCA foram identificados por meio de ONGs e parceiros governamentais, participaram do treinamento de habilidades para a vida oferecido pelo Instituto Aliança e foram encaminhados a outros serviços, inclusive para inclusão em programas de aprendizagem.

1.511 indivíduos receberam serviços sociais ou jurídicos

- Mais de 120 jovens do Grupo Adolescer e do Coletivo Mulher Vida receberam treinamento sobre como combater a ESCCA e outros tipos de violência e se tornaram multiplicadores de informações em suas comunidades e on-line.
- Mais de 1.300 alunos de escolas públicas receberam informações e treinamento sobre como se proteger da ESCCA pela equipe do Coletivo Mulher Vida e pelos jovens educadores do Grupo Adolescer. As crianças também participaram de círculos de diálogo promovidos por adolescentes do Núcleo de comunicação do Coletivo Mulher Vida.

The Freedom Fund recebe a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira da Justiça do Trabalho de Pernambuco, Brasil, por sua destacada atuação no combate ao tráfico de pessoas.
Crédito da foto: Rodrigo Garcia/The Freedom Fund



- Na Casa Menina Mulher, as meninas participaram de oficinas de arte, inclusão digital, percussão e cidadania e receberam atendimento psicossocial.
- Adolescentes em situação de risco e/ou vítimas/sobreviventes de ESCCA foram encaminhadas por ONGs parceiras para serviços de assistência social (serviços de convivência familiar e comunitária, aconselhamento psicossocial, auxílio para receber serviços do governo etc.), conselhos tutelares e outros serviços.
- Os membros da família receberam treinamento sobre como prevenir e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Grupo Ruas e Praças ofereceu oficinas de arteterapia, cidadania/direitos humanos e autoproteção, além de treinamentos e incentivos para os adolescentes desenvolverem o empreendedorismo criativo e novos projetos de vida.
- Oito crianças e suas famílias receberam assistência jurídica e apoio psicossocial do CENDHEC e se beneficiaram do apoio em coordenação com os sistemas de justiça e a rede de proteção. Os profissionais da rede de proteção também receberam capacitação em prevenção e proteção.

Quatro mudanças em políticas públicas

- Foi criada uma comissão para revisar o Plano Estadual de combate à VSCCA com vários parceiros do FF. A Comissão criou grupos de trabalho para avaliar o plano anterior e elaborou propostas para o novo plano.
- As OSCs e coalizões, incluindo o Freedom Fund, seus parceiros e suas redes, questionaram a aprovação de um plano nacional de combate à violência contra crianças e adolescentes que foi desenvolvido sem ampla participação social e com possibilidades de retrocessos nas políticas e práticas.
- Em abril de 2022, o Governo do Estado de Pernambuco, a Prefeitura do Recife e o Freedom Fund assinaram um Memorando de Entendimento para desenvolvimento de ações conjuntas de combate à ESCCA. Isso levou à criação de um comitê de coordenação para monitorar a implementação, com reuniões mensais.
- CENDHEC e outras organizações sociais apresentaram uma petição ao Governador do Estado e solicitaram uma Representação no Ministério Público, garantindo assim a posse dos representantes escolhidos para o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco - CEDCA-PE.

O Freedom Fund recebe a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira da Justiça do Trabalho de Pernambuco, Brasil, por sua atuação de destaque no combate ao tráfico de pessoas. Crédito da foto: Rodrigo Garcia/The Freedom Fund

PROGRESSOS RUMO AOS OBJETIVOS DO HOTSPOT

Objetivo 1: Aprimoramento das políticas para o enfrentamento da ESCCA e maior coordenação entre as partes interessadas para a responsabilização do governo por sua implementação

Resultado 1.1: O governo e a sociedade civil estão mais coordenados no combate à ESCCA, estabelecendo diretrizes e metas para suas ações e monitorando seus resultados

- Governo do Estado de Pernambuco, a Prefeitura do Recife e o Freedom Fund assinaram um Memorando de Entendimento para combater a ESCCA e iniciaram reuniões mensais de coordenação.
- A Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes aumentou sua capacidade de envolver as partes interessadas.
- Foram criados grupos de trabalho dentro da Comissão do Conselho Estadual dos Direitos da Criança, que avaliaram o último plano de enfrentamento da VSCCA e desenvolveram propostas para um novo plano.
- Foi criado um grupo de trabalho sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas, com o objetivo de

- influenciar a reestruturação da política de combate ao tráfico de pessoas no Estado.
- A Carta Aberta de Pernambuco, com propostas contra o tráfico de pessoas, foi elaborada e entregue ao novo governo estadual.

Resultado 1.1.1: Fortalecimento da rede multi-institucional para o desenvolvimento e a implementação de respostas coordenadas e monitoramento de políticas públicas e planos para o enfrentamento da ESCCA

MOU para enfrentar ESCCA

Em 27 de abril de 2022, o Governo do Estado de Pernambuco, a Prefeitura do Recife e o Freedom Fund assinaram um memorando de entendimento para lidar com a ESCCA. Entre os compromissos assumidos pelos órgãos governamentais estão: desenvolver e monitorar a implementação de novos planos estaduais e municipais para o enfrentamento da violência sexual contra crianças, de forma participativa, bem como mobilizar e apoiar outros municípios para que o façam; apoiar os municípios na implementação da lei de escuta protegida; e fortalecer o escritório e a política estadual de combate ao tráfico de pessoas. Foi criado um comitê de monitoramento sob a liderança do vice-prefeito para implementar os compromissos. O comitê se reúne mensalmente para monitorar o progresso. Mesmo antes da entrada em vigor do novo plano governamental, foram iniciadas diversas atividades conjuntas, incluindo: formação de profissionais de saúde, educação e assistência social para identificar e assistir vítimas e denunciar casos de exploração sexual; consolidação de dados sobre ESCCA; gestão coordenada dos casos de ESCCA no âmbito da rede de proteção; planejamento para implantação de um centro de atendimento integrado a crianças vítimas de violência; e desenvolvimento de campanhas de prevenção de ESCCA.

Rede para enfrentar ESCCA

Em Pernambuco, apoiamos a Secretaria Executiva da Rede Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que reúne mais de 30 organizações governamentais e não governamentais que atuam na linha de frente na prevenção e proteção das vítimas de ESCCA. A rede vem aprimorando suas ações de advocacy e defendendo fortemente que o governo estadual desenvolva o plano estadual de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças. Este plano estabelecerá as diretrizes para uma política anti-ESCCA e beneficiará milhares de meninas e meninos. A rede também lidera a Campanha 18 de maio que busca mobilizar os governos e a sociedade em geral para acabar com a ESCCA.

Grupos de trabalho sobre plano estadual para enfrentar ESCCA

Em 2022, a rede mobilizou o Conselho Estadual dos Direitos da Criança para criar uma comissão interinstitucional para coordenar a reformulação do plano. Vários parceiros do Freedom Fund são membros da comissão. Este ano, a comissão criou grupos de trabalho para avaliar o plano anterior e desenvolveu propostas para o novo plano. Também se registaram progressos na obtenção do comprometimento das autoridades para desenvolver um novo plano estadual.

Grupo de trabalho sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas (TIP)

O Freedom Fund contratou um consultor para avaliar a política e prática estatal anti-tráfico. O consultor constatou que o Comitê Interinstitucional anti-TIP do estado - outrora amplamente reconhecido pelo seu papel institucional de liderança - estava desmobilizado há vários anos, e a maioria dos funcionários do governo desconhecia a existência de leis (decretos) estaduais anti-TIP e do comitê. As instituições consultadas para a pesquisa reconheceram a importância de reconstruir o comitê e revigorar a política estadual de combate ao tráfico. O consultor mobilizou os principais interessados e criou um grupo de trabalho para abordar o tráfico de pessoas em Pernambuco, com a participação de instituições-chave, incluindo o Ministério Público, o Tribunal Regional do Trabalho, a Rede Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças, a Prefeitura do Recife, Governo do Estado de Pernambuco, ONGs, entre outros. O objetivo do grupo é defender a reestruturação da política de combate ao tráfico e organizar treinamentos para formuladores de políticas e autoridades, profissionais de serviços de linha de frente, polícia, sistema judiciário e a sociedade em geral. O grupo começou a se reunir mensalmente e uma agenda coletiva foi desenvolvida. Como parte da agenda do novo grupo de trabalho, o Freedom Fund, em parceria com o Grupo de Trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e com o cofinanciamento do Departamento de Estado dos EUA, realizou em novembro um seminário internacional antitráfico,

reunindo especialistas, pesquisadores, sobreviventes, formuladores de políticas, ONGs e líderes antitráfico do Brasil e dos EUA.

Resultado 1.1.2: Implementação, pelas organizações da sociedade civil, de uma estratégia de defesa para aumentar os esforços no enfrentamento à ESCCA

Fortalecer as capacidades de advocacy

Um provedor de assistência técnica de advocacy – Pulso Público – foi selecionado e contratado para fortalecer as capacidades de advocacy dos parceiros do Freedom Fund e facilitar o desenvolvimento de uma estratégia de defesa de direitos para melhorar as políticas, a legislação e o investimento orçamentário no combate à exploração sexual de crianças no Brasil, especialmente no Recife. Como primeiro passo, os parceiros do programa participaram num workshop de advocacy liderado pelo Pulso Público.

Apoiando ações de advocacy

Os parceiros do Freedom Fund também participaram do seminário internacional anti-TIP organizado pelo Freedom Fund, que resultou na Carta Aberta de Pernambuco pedindo a reestruturação da política antitráfico do estado. O Freedom Fund se reuniu com a equipe de transição do novo governo estadual para entregar a carta e propor ações de combate à exploração sexual de crianças. O governo do estado acolheu as propostas e continua a manter o diálogo.

Mobilizar parceiros no advocacy a nível nacional

Os nossos parceiros também participaram em esforços nacionais na defesa do desenvolvimento participativo do Plano Nacional para Enfrentar a Violência Sexual contra Crianças. O plano nacional anterior (2013-2020) foi desenvolvido através de amplas consultas, participação de crianças e liderança do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CONANDA). No entanto, em 2022, o governo federal desenvolveu unilateralmente um novo plano nacional, com abordagem e enquadramento diferentes. Várias coligações brasileiras como: o Comitê Nacional para Enfrentar a Violência Sexual Contra Crianças, a ECPAT e a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças, que inclui várias de nossas ONGs parceiras, mobilizaram-se fortemente contra o plano devido à sua falta de transparência e participação pública e às deficiências técnicas em suas disposições. Durante uma audiência pública, o Freedom Fund também entregou um briefing político ao Parlamento brasileiro, desenvolvido com o parceiro de pesquisa UFPE, reafirmando a necessidade de desenvolver um plano nacional participativo. A UFPE também forneceu contribuições para uma análise técnica do plano elaborada pela Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência Contra Crianças. A ampla mobilização das partes interessadas conseguiu garantir que o CONANDA não aprovasse o plano. Espera-se que o novo governo eleito retome um processo participativo para desenvolver um novo plano.

Objetivo 2: O conhecimento científico sobre a ESCCA e as narrativas das sobreviventes orientam as políticas e as respostas programáticas

Resultado 2.1: Os tomadores de decisão locais e as organizações da linha de frente usam as evidências disponíveis mais recentes para orientar as medidas de combate à ESCCA

Quatro estudos estão em andamento para fornecer informações para o desenvolvimento de políticas e programas para combater a ESCCA.

Resultado 2.1.1: Evidências criteriosas e recomendações localmente relevantes são geradas a partir de pesquisas e compartilhadas com os formuladores de políticas e as organizações da linha de frente

O Freedom Fund está apoiando quatro estudos importantes que irão embasar planos, políticas e programas de combate à ESCCA. Além disso, foi realizada uma avaliação externa dos projetos-piloto do Freedom Fund (ver seção 6).

O **estudo de prevalência de ESCCA** no Recife e Região Metropolitana, realizado pela GESTOS/

FIOCRUZ, está em fase de análise de dados e buscará fornecer estimativas robustas do número de crianças em ESCCA na região, identificar a provisão para sobreviventes e mapear os territórios na região onde há maior incidência de exploração sexual de crianças. Estes dados de base serão fundamentais para melhorar a estratégia do programa Com.Direitos e apoiarão os decisores e as organizações da sociedade civil no desenvolvimento de um plano estatal anti-ESCCA para os próximos 10 anos.

A pesquisa **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil**, realizada pela UFPE/Universidade de Nottingham, entrevistou adolescentes em situação de risco e sobreviventes de ESCCA que compartilharam suas experiências de atendimento em serviços de proteção. Os pesquisadores também entrevistaram especialistas e analisaram dados sobre serviços, políticas e leis no Brasil. Os resultados preliminares do estudo foram apresentados e validados em seminário realizado em novembro de 2022. O estudo apontou lacunas importantes nos serviços e revelou que os serviços de proteção são muitas vezes também um espaço para a violação de direitos. Uma conclusão importante é que os fluxos para cuidados abrangentes e integrados às crianças, necessários para a implementação de um ciclo completo de cuidados para a recuperação total das crianças, não estão em vigor.

A coleta de dados do estudo sobre **normas sociais e comportamento dos autores de ESCCA no Recife/Pernambuco**, incluindo Região Metropolitana, realizado pelo Instituto Promundo, foi concluída e o estudo está em fase de análise de dados. Os resultados deste estudo serão essenciais para orientar campanhas mais eficazes para reduzir a procura e a aceitação social da ESCCA.

A **avaliação do Crescer Sem Violência**, financiado pela IPA - Innovations for Poverty Action (Inovações para a Ação contra a Pobreza), foi aprovada por dois comitês de ética, da Universidade de Londres e da Universidade Católica de Pernambuco, e agora está começando a segunda fase da pesquisa, que é a coleta de dados de base. Esta avaliação identificará o potencial da metodologia do Crescer Sem Violência como estratégia de prevenção, uma vez que seu foco é ampliar o conhecimento de crianças e adolescentes para que possam se proteger de situações de ESCCA.

Objetivo 3: Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e sobreviventes têm mais apoio, informações e habilidades para se protegerem e saírem com segurança de situações de ESCCA

Resultado 3.1: Crianças e adolescentes vulneráveis e sobreviventes têm mais acesso a informações, cuidados adequados, educação e oportunidades de inclusão produtiva

- 302 profissionais de saúde, educadores, assistentes sociais, policiais e oficiais de justiça foram treinados e agora estão mais aptos a identificar, auxiliar e denunciar casos de ESCCA;
- 1405 adolescentes aumentaram seu conhecimento sobre abuso e exploração sexual, sobre como identificar situações de risco e como se auto proteger;
- As famílias e as comunidades estão mais informadas e atentas para proteger as crianças e os adolescentes;
- 77 crianças em vulnerabilidade ou sobreviventes de ESCCA receberam serviços de treinamento profissional e assistência psicossocial e socio acadêmica.

Resultado 3.1.1: Os serviços e profissionais da linha de frente - incluindo assistência social, saúde, educação, polícia e sistema judiciário - estão mais bem equipados para identificar, apoiar e defender crianças vulneráveis e sobreviventes à ESCCA

O Instituto Aliança (IA) começou a capacitar **100 profissionais da linha de frente** para o atendimento integral às vítimas de ESCCA. Foram abordados temas como as bases para o atendimento psicossocial e psicoterapêutico, o pensamento sistêmico para o trabalho social com famílias, os princípios e premissas para o atendimento às vítimas, as funções do sistema para garantia dos direitos e a escuta especializada. Participaram do treinamento equipes dos Centros de Referência em Assistência Social

(CREAS), Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Direitos Humanos, Conselhos Tutelares, Serviços de Atendimento Socioassistencial (Funase) e ONGs.

O Coletivo Mulher Vida (CMV) treinou **45 professores e 75 profissionais de saúde** na identificação, assistência e notificação de casos de violência contra crianças e adolescentes. O principal desafio identificado durante o treinamento dos professores foi a dificuldade dos profissionais em perceber e intervir em casos de violência. A presença cotidiana de violência na família, nos espaços domésticos, nas instituições e nos espaços públicos fez com que essas situações de violência fossem percebidas como naturais, contribuindo para sua invisibilidade. Os profissionais de saúde, por sua vez, afirmaram desconhecer e, portanto, não utilizar os instrumentos de notificação de casos de violência, o que dificulta o registro e o encaminhamento adequado dos casos. O Coletivo Mulher Vida firmou um convênio com a Secretaria Municipal de Saúde de Olinda para reforçar o fluxo de notificação para que os profissionais de saúde possam cumprir os protocolos adequados.

Por fim, a Fundação Roberto Marinho capacitou **82 professores de 35 escolas de Olinda** na metodologia Crescer Sem Violência, que conta com recursos audiovisuais amigáveis para ensinar autoproteção às crianças.

Resultado 3.1.2: As crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade têm mais recursos para evitar a ESCCA e um ambiente familiar e comunitário mais protetor

O CMV forneceu treinamento a **774 estudantes** (762 deles com menos de 18 anos) em 6 escolas para capacitá-los com informações sobre abuso e exploração sexual, sobre como identificar esses riscos em situações e como se auto proteger. Eles também informaram aos adolescentes quais instituições da rede de proteção eles podem procurar para obter apoio. O CMV utiliza metodologias participativas lúdicas e uma caixa onde os adolescentes podem depositar suas dúvidas e fazer denúncias confidenciais, criando um canal de comunicação seguro. Como resultado, alguns relatos já foram recebidos e encaminhamentos foram feitos.

O Grupo Adolescer mobilizou e selecionou adolescentes para participar do treinamento de educadores de pares em três comunidades: Roda de Fogo, Caranguejo Tabaiaras e Santo Amaro. O treinamento de educadores de pares começou em setembro de 2022 e envolveu **59 adolescentes** (29 meninos e 30 meninas, 5 dos quais eram sobreviventes de ESCCA). Os educadores de pares realizaram 10 atividades de treinamento entre pares nas escolas, atingindo **544 adolescentes** (com menos de 18 anos de idade). Estas ações de formação nas escolas têm um grande impacto nas comunidades, pois os adolescentes conseguem levar informações para suas famílias e para o ambiente escolar. O grupo trabalhou em módulos de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Redução da Violência, Cultura de Paz e Consciência Negra.

Além disso, **dezessete (17) jovens líderes** do centro de comunicação do CMV receberam treinamento em mídias sociais para alcançarem outros adolescentes on-line. Os líderes publicaram 20 cartões e 40 postagens nas mídias sociais, alcançando mais de 500 seguidores. Outros **onze (11) adolescentes** do Grupo Ruas e Praças participaram de um treinamento para realizar atividades de conscientização nas comunidades do Coque e de Santo Amaro, em Recife.

Por fim, os familiares dos líderes do Grupo Adolescer também receberam capacitação e informações para proteger as crianças. No total, **57 familiares**, sendo 50 mulheres e 7 homens, participaram de nove (9) oficinas de treinamento (3 em cada território). Ao final do treinamento com as famílias, foi desenvolvida uma atividade para multiplicá-lo nas comunidades, atingindo mais 96 pessoas que foram conscientizadas a proteger as crianças e adolescentes.

Resultado 3.1.3: Crianças e adolescentes em situação de risco e sobreviventes de ESCCA têm acesso a serviços especializados para sua reabilitação e reintegração

Um grupo formado por **27 meninas** em situação de risco ou sobreviventes de ESCCA concluiu o curso de desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para a vida do Instituto Aliança. O

curso abordou tópicos como: Identidade, Projeto de Vida, Inclusão e Diversidade, Saúde, Gênero(s) e Sexualidade, Solidariedade, Trabalho. 26 alunas atingiram o rendimento e receberam um certificado e todas as 26 foram encaminhadas para vagas de estágio, em parceria com a Escola Dom Bosco, e serão contratadas para trabalhar como aprendizes por 2 anos em diversos espaços culturais da cidade de Recife. Outros encaminhamentos feitos foram: 24 crianças que não estavam recebendo apoio psicoterapêutico foram encaminhadas para um centro especializado em crianças vítimas - CERCCA; duas adolescentes foram encaminhadas para a Rede de Saúde para realização de pré-natal; uma adolescente foi encaminhada para a rede social básica de assistência social (CRAS); uma adolescente foi encaminhada para o serviço de proteção especial (CREAS) e para a Vara da Infância de Jaboatão dos Guararapes/PE para acolhimento; e todas as crianças e adolescentes foram encaminhadas para escolas para dar continuidade aos estudos.

Paralelamente ao trabalho com as adolescentes, o Instituto Aliança também realizou reuniões com **familiares** para garantir a participação das meninas no treinamento e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Houve uma boa participação dos familiares e o Instituto Aliança conversou com eles sobre os comportamentos dos adolescentes, a comunicação com eles, a leitura dos sinais não expressos das crianças, além de compartilhar os próximos passos do projeto.

42 crianças em situação de vulnerabilidade do Grupo Ruas e Praças participaram de atividades de educação de rua, incluindo oficinas artísticas e de cidadania e círculos restaurativos, e o Coletivo Mulher Vida ofereceu círculos terapêuticos a oito (8) meninas sobreviventes de violência doméstica e sexual. O Centro das Mulheres do Cabo começou a atender meninas de comunidades vulneráveis e, no próximo ano, espera-se que 90 meninas participem de círculos de terapia comunitária, oficinas de arte e cidadania, entre outras.

Objetivo 4: Redução da aceitação social e da demanda por exploração sexual comercial de crianças e adolescentes

Resultado 4.1: Os negócios de setores com alta prevalência de ESCCA melhoram suas práticas e políticas contra a ESCCA

- 23 empresas foram incentivadas a contratar sobreviventes de ESCCA como aprendizes;
- 9 instituições culturais do governo estão incluindo sobreviventes de ESCCA para trabalhar como aprendizes.

Resultado 4.1.1: As empresas envolvidas no programa assumem compromissos e tomam medidas contra a ESCCA

O Instituto Aliança apresentou o programa de aprendizagem a 23 empresas e instituições públicas. A Fundação Cultural do Recife confirmou vagas para 13 beneficiários do programa para trabalhar como aprendizes em 9 instalações culturais, e a Secretaria da Mulher e outras partes interessadas estão empenhadas em encontrar vagas adicionais para o restante do grupo. Em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho, o Instituto Aliança mobilizou 19 empresas que são legalmente obrigadas a contratar jovens aprendizes, mas que estavam inadimplentes. Os memorandos de entendimento com as empresas estão em andamento, mas as recentes mudanças na regulamentação da lei de aprendizagem causaram atrasos na assinatura dos contratos.

Resultado 4.2: A ESCCA é vista como uma violência inaceitável e a sociedade está mais vigilante e protetora em relação às crianças e adolescentes

- Parceiros do Freedom Fund participaram na Campanha do 18 de maio.

Resultado 4.2.1: Aumento da conscientização sobre a realidade e os danos decorrentes do abuso e da exploração sexual de meninas

Nossas ONGs parceiras participaram da Campanha 18 de maio (Campanha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) em suas comunidades, uma campanha

anual liderada pela Rede de Enfrentamento à VSCCA. A campanha envolveu uma ampla gama de atividades de conscientização e capacitação conduzidas por ONGs parceiras e jovens na região do Recife, mas também em todo o estado de Pernambuco. Entretanto, não foi possível avaliar o alcance ou os impactos da campanha.

Resultado 4.3: Os oficiais da lei estão mais bem preparados para conduzir investigações de casos relacionados à ESCCA e processar os perpetradores

O apoio especializado na implementação da lei de escuta protegida foi fornecido aos municípios de Recife e Olinda.

Resultado 4.3.1: Os municípios implementarão a Lei de Escuta Protegida (Lei 13.431/17) para aumentar a proteção das crianças e a responsabilização dos perpetradores

A parceira Childhood está apoiando a implementação da Lei de Escuta Protegida nas cidades de Recife e Olinda, com o objetivo de aumentar a capacidade das autoridades competentes de fornecer atendimento integral para as crianças vítimas ou testemunhas de violência, evitando a revitimização, enquanto aumenta a possibilidade de responsabilização dos perpetradores. Esse suporte está sendo feito através de um processo em quatro etapas: 1. Estabelecimento de um comitê de gestão com procedimentos internos; 2. Mapeamento da análise e do funcionamento da Rede de Proteção à Criança na localidade; 3. Elaboração participativa de Fluxos Operacionais Sistêmicos de acordo com a Lei; e 4. Desenvolvimento de um Protocolo Único para atendimento integrado às crianças e adolescentes vitimizados.

No Recife, o fluxo do Sistema de Justiça e Segurança Pública foi parcialmente concluído. Houve um acordo de que os cuidados com crianças e adolescentes devem acontecer em âmbito protetivo. No entanto, não houve consenso sobre os encaminhamentos que devem ser feitos pela delegacia de polícia e a realização do Depoimento Policial Especial, e o fluxo ainda não foi finalizado. A Childhood orientou aos órgãos criminais de que a Polícia deve realizar o Depoimento Policial Especial, com o objetivo de coletar provas, e não a Escuta Especializada, que é uma atribuição dos demais serviços da rede. Em Olinda, a Childhood apoiou a reativação bem-sucedida do comitê gestor responsável por liderar a implementação da lei de escuta protegida, apoiou o comitê na elaboração de seu regimento interno e iniciou o desenvolvimento de ferramentas de coleta de dados para mapear e analisar o funcionamento da Rede de Proteção à Criança.

Resultado 5.1: As OSCs no hotspot são fortalecidas em suas capacidades financeiras e programáticas

9 ONGs estão melhorando sua capacidade de liderar o movimento anti-ESCCA no Recife, com base no desenvolvimento institucional e em ações de rede.

Resultado 5.1.1: Os parceiros implementadores participam de treinamentos e recebem consultoria técnica e financeira oferecida pelo Freedom Fund e pelos parceiros de assistência técnica

Treinamento e suporte financeiro e de conformidades

Todos os parceiros receberam formação financeira e de conformidades do Freedom Fund, incluindo aconselhamento sobre como melhorar os processos. Foram feitas avaliações de devida diligência e desenvolvidos planos de devida diligência para abordar as principais lacunas encontradas. Os planos estão sendo colocados em prática com o apoio da equipe do Freedom Fund. Isto permitiu que as organizações fortalecessem os seus processos de gestão administrativa e financeira. Foi contratado um parceiro técnico (Audisa) para acompanhar os relatórios financeiros dos parceiros. Este processo resultou em recomendações sobre como melhorar as práticas de conformidade e gestão, de acordo com as necessidades de cada parceiro.

Melhorar a política e a prática de salvaguarda

A Humanus Consultoria continuou assessorando parceiros no desenvolvimento de políticas de salvaguarda. Todos os parceiros finalizaram a sua política de salvaguarda, exceto a UNICAP que,

devido à natureza específica das suas atividades, criou um Código de Conduta. As organizações estão agora implementando a sua política: possuem um ponto focal de salvaguarda e canais de denúncia, definiram procedimentos para levar um caso adiante, a equipe está treinada para seguir os procedimentos de proteção e continuam a informar as crianças, famílias, funcionários e a comunidade sobre esta política. 92,3% dos parceiros ficaram satisfeitos ou extremamente satisfeitos com o trabalho dos consultores.

Avaliação de risco

Os parceiros receberam suporte técnico de um especialista na resolução de questões de segurança. Foi desenvolvido um plano de contingência com a equipe do Instituto Aliança, contendo análise de riscos e medidas de proteção e autoproteção para os beneficiários e funcionários da ONG.

Antitráfico

O Freedom Fund organizou um seminário internacional antitráfico para parceiros, especialistas, pesquisadores, parlamentares, representantes do governo e de OSCs do Brasil e dos EUA, sobreviventes e ativistas.

Resultado 5.2: As vozes de crianças, adolescentes e sobreviventes são parte central do movimento contra o tráfico

Resultado 5.2.1: As crianças, adolescentes e sobreviventes recebem apoio para liderar e defender seus direitos

Paralelamente à semana da Assembleia Geral das Nações Unidas, uma líder anti-TIP da nossa ONG parceira CMV participou do painel da FF "Unpacking Power with Frontline Leaders" e compartilhou seu trabalho e suas ideias sobre o que significa construir poder em nível comunitário e o que isso tem a ver com o fim da escravidão moderna.

Além disso, durante o Seminário Internacional de Combate ao TIP, o filme "Pureza", copatrocinado pela FF, foi exibido para o público. A Sra. Pureza participou pessoalmente da exibição do filme, que foi seguida de uma roda de conversa, e pôde compartilhar sua experiência desafiadora de libertar seu filho da situação de escravidão.

APOIO À COMUNIDADE DE PRÁTICA

De janeiro a dezembro de 2022, aconteceram quatro reuniões de Comunidade de Práticas, reunindo todos os parceiros que compõem o programa Com.Direitos. Os itens abordados nas reuniões incluíram: desenvolvimento de uma estratégia coletiva de advocacy; capacitação para inclusão significativa de sobreviventes; incorporação de uma ferramenta de identificação de casos de ESCCA nos programas; projetar sistemas de monitoramento; implementação da lei de escuta protegida; desenvolver políticas de salvaguarda.

Principais aprendizados das Comunidades de Práticas incluem:

- Trabalho nos territórios se torna mais poderoso quando os parceiros agem em conjunto.
- Embora todos os parceiros tenham experiência na área e suas próprias metodologias de prevenção e atendimento às vítimas de ESCCA, a troca de experiências e conhecimentos ajuda as organizações a aprimorarem suas práticas.
- A reflexão coletiva amplia a possibilidade de encontrar soluções para os problemas que surgem durante a implementação dos projetos, como o desafio de abordar as meninas em situação de ESCCA para incluí-las nos projetos.
- A defesa política ganha força com uma ação estratégica coordenada entre os parceiros.
- A Comunidade de Prática tem sido um espaço de construção da identidade do Programa Com. Direitos e os parceiros já vislumbram a sustentabilidade desse espaço para que ele continue de forma perene.

ESTUDO DE CASO

(História fornecida pelo parceiro Instituto Aliança)

“Cada segundo durante as atividades nesses três meses fez total diferença na minha vida. Espero no futuro que outras meninas tenham as mesmas oportunidades que eu tive neste projeto.”

D.V., de 14 anos, é uma das 27 adolescentes que participaram do projeto Com.Direitos no Recife. As adolescentes receberam formação em diversas competências para a vida, abrangendo temas como inclusão, diversidade, saúde, sexualidade, solidariedade e trabalho. D. V. diz: “Ao longo destes três meses, várias questões surgiram e com isso novos conhecimentos, novas questões que foram respondidas e novas atribuições. Ao final desse ciclo de muitas descobertas e vínculos realizados, finalmente tivemos o tão sonhado certificado.”

Os familiares também compartilharam a alegria de ver as adolescentes concluírem uma etapa tão importante em suas vidas. K.P., mãe de uma das formandas, afirma: “O curso foi fundamental na mudança de hábitos na vida da minha filha. Hoje ela tem uma nova visão, pois esse período trouxe crescimento pessoal. Vê-la se dedicando a aprender algo novo todos os dias, dando o melhor de si e se esforçando para alcançar seus objetivos me deixa feliz!”

Depois de receberem os certificados, as adolescentes iniciam um estágio de dois anos em um dos 13 equipamentos culturais, como um museu de arte moderna e um teatro. Akueline Padilha, coordenadora local do Com. Direitos, afirma: “Desde o início entendemos que precisávamos oferecer uma proposta concreta e relevante. Para as meninas, saber que terão uma formação de qualidade e que no final serão contratadas para trabalhar é muito importante e motivador.”

O programa baseia-se em legislação que promove a formação prática de aprendizes contratados por empresas com apoio financeiro de órgãos públicos. Ana Alencastro, do Com.Direitos, afirma: “As adolescentes trabalharão como aprendizes e isso não seria possível sem a parceria dos equipamentos culturais que as contratam”.

Rúbia Bezerra, representante da Secretaria e Fundação de Cultura do Recife, destaca outro aspecto importante do projeto: “Partimos do princípio da cultura como um direito. E ao receber estes adolescentes nos nossos espaços, estamos efetivamente promovendo o acesso à cultura, não só como experiência de fruição artística, mas também como fator de desenvolvimento econômico. Para nós é fundamental despertar essa consciência nos jovens como forma de incentivar a manutenção de mão de obra qualificada em nossa área.”

AValiação E PESQUISA INDEPENDENTES

Entre abril e agosto de 2022, foi realizada uma avaliação externa dos projetos-piloto de seis parceiros: Casa Menina Mulher, Coletivo Mulher Vida, CENDHEC, Grupo Ruas e Praças, Grupo Adolescer e Instituto Aliança. A avaliação foi realizada para medir a eficácia das metodologias aplicadas e as possibilidades de aumento de escala. As recomendações resultantes da avaliação dos projetos-piloto foram incorporadas aos projetos que estão sendo implementados. A avaliação apontou importantes lições aprendidas, incluindo:

- As metodologias de prevenção e atendimento às vítimas de ESCCA são relevantes e adequadas e devem continuar a ser implementadas para ampliar sua escala.
- As adolescentes e os jovens demonstraram que gostariam de ter um papel e uma participação maiores nos projetos. Recomenda-se que as metodologias incluam maior participação pública.
- As organizações precisam se concentrar em uma abordagem baseada em direitos.
- Advocacy é uma estratégia fundamental a ser abordada.

Uma avaliação externa do projeto Crescer sem Violência do Canal Futura em um município piloto (fora da área do hotspot) também indicou resultados promissores:

- 83% dos participantes concluíram o curso (apenas 17% desistiram).
- 89% disseram ter aumentado sua compreensão sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes
- 72% já começaram a usar o kit educacional logo após o curso.

A metodologia desse projeto será agora implementada nos municípios de Olinda e Cabo de Santo Agostinho, combinada com um RCT para avaliar seu impacto e fundamentar a implementação em escala como um programa de prevenção de ESCCA.



A beneficiary of Freedom Fund partner Casa Menina Mulher speaks at a public hearing on the National Day to Combat Abuse and Sexual Exploitation against Children and Adolescents at the Pernambuco State Parliament.
Photo credit: Manu Ferrão/The Freedom Fund

VISION

Our vision is a world
free of slavery.

MISSION

Our mission is to mobilise the
knowledge, capital and will
needed to end slavery.

The Freedom Fund (US)

315 Flatbush Avenue
#406
Brooklyn, NY 11217
USA
+1 929 224 2448

The Freedom Fund (UK)

Lighterman House
30 Wharfdale Road
London, N1 9RY
UK
+44 20 3777 2200

 www.freedomfund.org
 info@freedomfund.org
 [@Freedom_Fund](https://twitter.com/Freedom_Fund)

The Freedom Fund is a United States 501(c)(3) public charity (EIN number 30-0805768).
The Freedom Fund UK is a company limited by guarantee registered in England and Wales
(company number 08926428) and a registered UK charity (registration number 1158838).